

Ata da 67ª Reunião Ordinária

Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima - CIMGC

**realizada em 26/04/2012, 5ª feira, na Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º. Andar
SEPED/MCTI**

Membros Participantes:

1. Adriano Santhiago de Oliveira – **Representante Suplente do Ministério do Meio Ambiente**
2. Demetrio Florentino de Toledo Filho – **Representante Suplente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**
3. Hamilton Moss – **Representante Suplente do Ministério de Minas e Energia**
4. João Antônio Fagundes Salomão – **Representante Suplente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**
5. João Luiz Tedeschi – **Representante Titular do Ministério da Fazenda**
6. Leíza Martins Mackay Dubugras – **Representante Titular da Casa Civil da Presidência da República**
7. Mauro César L. B. Ribeiro - **Representante Titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**
8. Sérgio Luiz Siebra Moreira – **Representante Suplente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**
9. Monica Maria Libório Feitosa de Araújo – **Representante Titular do Ministério dos Transportes**

Outros Participantes:

1. Sanderson Alberto Medeiros Leitão – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
2. Sonia Regina Mudrovitsch de Bittencourt – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
3. Leonardo de Oliveira Fontes – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
4. Felipe Ferreira – **Ministério das Relações Exteriores**
5. Aguiar Gonzaga V. da Costa – **Ministério das Cidades**
6. Luís Fernando Badanhan – **Ministério das Minas e Energia**
7. Valdir Borges Souza Junior – **Ministério das Minas e Energia**
8. Mario Henrique Rodrigues Mendes – **Ministério do Meio Ambiente**
9. Pedro Luiz Simpson Júnior – **Consultor Técnico CGMC/PNUD**
10. Breno Simonini Teixeira – **Consultor Técnico CGMC/PNUD**
11. Andréa Nascimento de Araújo – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
12. Márcio Rojas da Cruz - **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**

13. Henrique Silva Moura - **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**

14. Naiara de Souza - **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**

1. Apresentação de 20 min a ser efetuada pelo Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico

A reunião teve início com a apresentação do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico – FMASE, na ocasião representada por seu coordenador, o Sr. Marcelo Moraes, e por consultor especialista, o Sr. Philipp Hauser. Intitulada “A importância do MDL para o êxito da Política das Mudanças do Clima no setor elétrico Brasileiro: Impulso para o crescimento limpo & avanços da política internacional do clima”, a apresentação tratou de resumo sobre a sinergia do MDL e da Política Nacional sobre Mudança do Clima e expôs aspectos do papel da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima no processo do MDL, especificamente contemplando questões problemáticas do ponto de vista dos empreendedores nacionais relacionados ao setor elétrico. Reconheceu-se o MDL como instrumento relevante para o equilíbrio econômico de muitos projetos da Política Nacional sobre Mudança do Clima e considerou-se que a atual incerteza representa um risco sistêmico para o setor elétrico. Ao fim da apresentação, sugeriu-se que houvesse esforço por parte da Comissão em buscar a aprovação de projetos nos menores prazos possíveis, inclusive: avaliando-se a possibilidade de se considerar exclusivamente o projeto em si para a concessão de carta de aprovação; estabelecendo-se o recebimento de solicitação de cartas de aprovação de modo contínuo; e programando-se em caráter de urgência, reuniões extraordinárias ou virtuais, de maneira a agilizar a análise dos projetos que buscam registro até 31 de dezembro do corrente ano. Após a apresentação, os representantes da FMASE se retiraram. O representante do Ministério de Minas e Energia (MME) Dr. Hamilton Moss sugeriu que a CIMGC fizesse uma consulta à Conselho Executivo de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo sobre o número total de projetos brasileiros não aprovados pelo e os motivos que levaram à rejeição destes projetos. Ponderou ainda que a Comissão deve emitir uma resposta ao pleito da FMASE. Seu comentário foi apoiado pelo representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA) Dr. Adriano Santhiago. Neste momento, a Dra. Sonia Bittencourt lembrou aos membros presentes que, no início de 2012, a Comissão previu o aumento do número de projetos a serem recebidos e, por este motivo, o intervalo entre as reuniões foi reduzido de 60 para 45 dias. A Comissão, naquela ocasião, também se dispôs a realizar reuniões extraordinárias, como a ocorrida em 02/04/12. Neste momento, Dr. Hamilton Moss propôs que a realização de reuniões extraordinárias fosse divulgada à sociedade para indicar que a Comissão está sensível ao aumento da demanda de trabalho. Ainda com o intuito de tornar mais ágil a análise de atividades de projetos MDL, a Secretaria Executiva propôs que os pareceres técnicos a serem apreciados durante reunião da Comissão fossem encaminhados à Secretaria Executiva com antecedência mínima de um dia da data da reunião. Desta forma, os pareceres poderiam ser compilados e apresentados durante a reunião. Os representantes do MMA, MME, Casa Civil e Ministério dos Transportes (MT) argumentaram que os pareceres poderiam ser modificados após a discussão que ocorre durante a reunião e, por este motivo, seria mais prudente que a Secretaria Executiva recebesse os pareceres finais um dia após a realização da reunião da Comissão. O que foi aprovado pelos demais membros.

2. Aprovação da Ata da 66ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

Dr. Sanderson Leitão colocou em votação a ata da reunião anterior e perguntou se existia alguma modificação a ser realizada. A representante do MT Dra. Monica Libório solicitou que o prazo para análise do documento fosse ampliado, dada a importância dos conteúdos discutidos naquela reunião. Sua sugestão foi acatada pelos demais membros. Ficou decidido que os membros se manifestariam quanto à aprovação da ata por meio eletrônico até às 12h00 de 30/04/12.

3. Aprovação da Ata da 9ª Reunião Extraordinária da CIMGC

Foi acordado que a manifestação quanto à aprovação da ata da 9ª reunião extraordinária também seria realizada por meio eletrônico até às 12h00 de 30/04/12.

4. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial:

4.1. 322/2012 – Complexo Eólico União dos Ventos: a Comissão manifestou parecer para **aprovação com ressalvas**, para atendimento das seguintes exigências:

a. Encaminhar os documentos comprobatórios da legitimidade do responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da CIMGC, de acordo com as determinações da Complementação da Resolução nº 7, disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/14797.html>

b. Encaminhar à Secretaria Executiva do CIMGC o Relatório de Validação com as seguintes correções:

- i) Providenciar a assinatura do aprovador no Relatório de Validação, o qual encontra-se assinado apenas pelo validador.
- ii) Revisar a versão em português do Relatório de Validação, pois alguns trechos não estão traduzidos, como por exemplo, na página i “Estimativa de RE: 295 518 tCO2e per year” .
- iii) O Anexo III carece de maiores detalhes observando o Desenvolvimento Sustentável nos seguintes itens:
 - Como as próprias emissões evitadas não podem ser levadas em consideração como contribuição ambiental, solicita-se a exclusão desta informação.
 - No item B, embora os empreendedores informem que vem promovendo programas de capacitação profissional, entende-se como pertinente informar, na medida da disponibilidade dos dados, a quantidade esperada de empregos diretos e indiretos decorrentes da implantação da atividade de projeto.
 - No item C, detalhar como a atividade de projeto contribuirá de fato para uma melhor distribuição de renda local, uma vez que neste item do Anexo III é citado tão-somente o uso de meios para capacitação profissional como meio de contribuição a distribuição de renda.

- No item E, embora seja citado a articulação da atividade de projeto com outros setores, no caso o setor de turismo, percebe-se a ausência de maiores informações de como o complexo eólico poderá contribuir para a integração regional.
- d. Anexar ao DCP uma carta justificando a ausência do aviso de recebimento da carta-convite enviada para a Associação de Apoio às Comunidades do Campo do RN . O aviso de recebimento foi substituído por cópia da impressão do sitio do Correio na internet, no qual consta a situação de “aguardando retirada”, indicando que até 23/08, a carta não havia chegado ao destinatário. Neste caso, deve-se proceder de acordo com o Manual de Submissão de Atividade de Projeto no Âmbito do MDL à CIMGC (página 22).

4.2. 323/2012 – Usina Termelétrica ETE Arrudas: a Comissão manifestou parecer para **aprovação com ressalvas**, para atendimento das seguintes exigências:

- a. Encaminhar à Secretaria Executiva do CIMGC o Relatório de Validação/*Validation Report*, nas suas respectivas versões em português e inglês, devidamente assinados.
- b. Encaminhar à Secretaria Executiva do CIMGC o Documento de Concepção do Projeto com as seguintes correções:
 - i) O DCP apresenta 01/08/2011 como a data de início do Período de obtenção de crédito na página 33, porém a versão em língua inglesa do *Validation Report* na página 20 informa 01/01/2012.
 - ii) Realizar revisão completa da tradução do DCP, inclusive tabelas.
 - iii) Esclarecer porque a versão publicada no sítio da internet <http://cdm.unfccc.int> consta valores relacionados à redução de emissão anual e total diferentes dos valores encontrados na atual versão do DCP/PDD aqui analisadas.
 - iv) No Anexo 3 do DCP, página 40, existem frases escritas em inglês. Solicita-se a tradução para o português.
- c. Encaminhar à Secretaria Executiva do CIMGC o Relatório de Validação com as seguintes correções:
 - i) O DCP informa na página 05 que o projeto esta localizado no município de Sabará – MG enquanto o *Validation Report* indica na página 16 que o projeto esta localizado no município de Belo Horizonte – MG.
 - ii) O Relatório de Validação versão em português apresenta 01/01/2021 como a data de início do Período de obtenção de crédito na página 19, enquanto que na versão em inglês, página 20, a data apresentada é 01/01/2012.
 - iii) Na página 20 do DCP o item “Demonstração e avaliação de consideração previa do MDL” informa que os participantes de projeto informaram à Autoridade Nacional Designada (AND) brasileira e ao secretariado da Convenção Quadro das Nações Unidas de Mudanças Climáticas (CQNUMC) o começo da atividade do projeto e a intenção em obter o status MDL. Acrescentando ainda que evidências documentais destas notificações foram disponibilizadas para a EOD durante a validação. Entretanto, o *Validation Report* na página 10 não lista o formulário de consideração prévia como documento recebido e verificado.

- iv) O apêndice B do *Validation Report* não foi devidamente apresentado como na versão em português, faltando os certificados de competência.
 - v) Pequenos erros de tradução e/ou digitação, como, por exemplo, na página 21, quinto parágrafo, onde está escrito “cogitação” deve ser “cogeração”; outro na página 26, terceiro parágrafo do item 3.5, onde se encontra “água servida” poderia ser “água residual ou água de esgoto”, a que for mais adequada.
 - vi) Realizar revisão completa da tradução para o português do relatório de validação, inclusive tabelas.
 - vii) Corrigir o nome do projeto no relatório de validação para que conste o nome idêntico ao apresentado no DCP.
- d. Encaminhar declaração assinada por todos os participantes nacionais do projeto, ou declarações separadas e com o mesmo conteúdo, estipulando o responsável e os dados para contato com a Secretaria Executiva da CIMGC, acompanhada dos documentos obrigatórios especificados na complementação da resolução nº 7 da CIMGC, disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/14797.html>. Como documentação de suporte foram entregues o estatuto social da empresa em conjunto com a ata de reunião do conselho de administração, ata de assembleia geral extraordinária, bem como o termo de posse do Diretor Técnico e de Novos Negócios da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), todos devidamente assinados e apresentados. Porém a declaração foi assinada pelo Sr. Carlos Gonçalves de Oliveira Sobrinho – Diretor de Meio Ambiente e de Novos negócios enquanto que o termo de posse apresentado o designa Diretor Técnico e de Novos Negócios. Nenhum documento especifica a designação do Sr. Carlos Gonçalves de Oliveira Sobrinho como responsável legal da COPASA, ou como representante legal da COPASA perante a CIMGC.
- e. Encaminhar à Secretaria Executiva do CIMGC as declarações relativas à regularização da situação ambiental e trabalhista, com a assinatura do representante legal de cada participante nacional da atividade de projeto, conforme Manual para Submissão das Atividades de Projeto no Âmbito do MDL, páginas 26 e 27.
- f. Complementar o Anexo III, tendo em vista que o projeto apresentado possui uma componente importante de inovação, a descrição da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável poderia ser melhor desenvolvida em todos os itens previstos pela Resolução nº 01 da CIMGC e em especial nas questões que dizem respeito à contribuição para a sustentabilidade local e a contribuição para o aprendizado e o desenvolvimento tecnológico.

4.3. 324/2012 – Energia Eólica Renova Área 6-8: a Comissão manifestou parecer para **aprovação com ressalvas**, para atendimento das seguintes exigências:

- a. Encaminhar os documentos comprobatórios da legitimidade do responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da CIMGC, de acordo com as determinações da Complementação da Resolução nº 7, disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/14797.html>.
- b. Encaminhar à Secretaria Executiva do CIMGC o Documento de Concepção do Projeto com as seguintes correções:

- i) Na página 18 do PDD não aparece no quadro pontilhado a seguinte sentença “TIR do projeto de 9,18% < Taxa de *benchmark* de 15,28%” a qual consta na página 20 do DCP em português.
- ii) Na página 20 do PDD aparece nos segundo e terceiro parágrafos o texto “Error! Reference source not found” que deve ser corrigido para refletir a informação constante no DCP.
- iii) Na página 31 do PDD o cabeçalho aparece com sobreposição de outro texto ficando assim ilegível. Na mesma página o item “2. Monitoring Staff” apresenta uma figura sem o texto, devendo ser incluído nesta o mesmo conteúdo constante na versão do DCP em português.
- iv) O item “5. Procedures” na página 35 do PDD teve sua tradução para o DCP como “Procedimentos de Monitoramento” o que deve ser corrigido para que as duas versões sejam idênticas.”

4.4. 325/2012 – Uso de Carvão Vegetal em Usina de Ferro-Gusa: a Comissão manifestou parecer em que solicita que a atividade do projeto seja colocada **em revisão**, sendo necessário atender às seguintes exigências:

- a. Atualizar a Ferramenta integrada para identificação do cenário de linha de base e demonstração da adicionalidade, versão 03.0.0 vencida em 11 de abril de 2011 (considerando, inclusive o tempo de 8 meses concedido pela UNFCCC) , para a nova versão 04.0.0, aprovada pelo EB 66, anexo 48 em 02 de março de 2012.
- b. Sugere-se a atualização, também, da Ferramenta para estimativa de emissões de GEE não-CO₂ resultantes da queima de biomassa atribuível a uma atividade de projeto F/R, versão 03.1.0., para a nova versão 04.0.0, aprovada pelo EB 65, anexo 31 em 25 de Novembro de 2011. Embora a ferramenta 03.1.0 esteja válida até 31/07/2012, o tempo entre a revisão deste documento e a emissão de carta de aprovação pode não ser suficiente para atender o prazo de registro junto à UNFCCC, a qual poderá demandar a solicitação de nova carta de aprovação.
- c. De acordo com o Art. 3º, da Resolução nº 7 da CIMGC, as cartas-consulta devem ser enviadas por correio, com aviso de recebimento, ou pessoalmente, pelo menos 15 (quinze) dias antes do início do processo de validação, de forma que eventuais comentários recebidos sejam incorporados no Relatório de Validação. Encontram-se no DCP cópias de cartas-convites assinadas pelos recebedores com data de 06/07/2011, posterior à 22/01/2011 quando se deu o início do processo de validação. Devem-se cumprir os critérios determinados na Resolução nº 7 para iniciar o processo de validação.
- d. Encaminhar os documentos comprobatórios da legitimidade do responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da CIMGC, de acordo com as determinações da Complementação da Resolução nº 7, disponível em:
<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/14797.html>.
- e. O Relatório de Validação, em sua página 01 penúltimo parágrafo, lê-se “...DCP, versão 02 de 12 de julho de 2011, Versão 2 de 19 de outubro de 2007...” entretanto na lista de documentos analisados esta versão do DCP não foi listada com fornecida pelo proponente,

o que leva a crer que possa ter havido erro de digitação, pois o texto transcrito acima refere-se a mesma versão 2 com duas datas diferentes.

f. Apresentar cópia da renovação das seguintes licenças ambientais: IEF (Instituto Estadual de Florestas – MG), com data validade até 30/09/2011, no município de Morada Nova de Minas/MG (Licença de Operação, Técnica e Administração de Reflorestamento); IEF com data de validade até 25/05/2011, no município de Itacambira/MG (Licença de Operação, Técnica e Administração de Reflorestamento); IEF com data de validade até 30/09/2011, no município de Curvelo/MG (Licença de Operação, Técnica e Administração de Reflorestamento); IEF com data de validade até 30/03/2012, no município de Felixlândia/MG (Licença de Operação, Técnica e Administração de Reflorestamento).

g. Na documentação anexada ao projeto, o Recibo de Entrega de Documentos nº 550963/2011, referente ao processo de revalidação da licença de operação da Fazenda Buriti Grande, nº MG 04, cita dois números diferentes de processos (02470/2011/002/2011 e 004708/2011), sendo que nenhum deles é o mesmo do processo a que deveria referir-se (03006/2005, o número do processo da licença de operação original). Solicita-se esclarecimentos sobre os motivos de tais divergências ou apresentação dos documentos corretos.

h. A licença de operação da Fazenda Jacaré/Riachão, nº MG 03, venceu em 30 de março de 2012, e não foi encontrado documento comprovando solicitação de renovação de referida licença. Solicita-se esclarecimentos sobre razão da falta de tal documento ou apresentação do mesmo.

4.5. 326/2012 – Aeolis Beberibe Wind Park: a Comissão manifestou parecer em que solicita que a atividade do projeto seja colocada **em revisão**, sendo necessário atender às seguintes exigências:

a. Encaminhar as cópias dos comprovantes de recebimento pelos destinatários das cartas-convite enviadas aos atores envolvidos, interessados e/ou afetados pelas atividades do projeto, de acordo com o Art. 3º, parágrafo 5º da Resolução nº 7 da CIMGC;

b. Encaminhar à Secretaria Executiva da CIMGC o Relatório Ambiental Simplificado dos parques eólicos Beberibe Aeolis III, IV e V, uma vez que, apesar de citado no Relatório de Validação, este documento não consta da documentação apresentada para análise;

c. Apresentar as cópias das licenças ambientais válidas dos cinco parques eólicos, pois foram enviadas apenas Licenças Prévias correspondentes à potência instalada de dois parques geradores de energia eólica;"

d. Encaminhar os documentos comprobatórios da legitimidade do responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da CIMGC, de acordo com as determinações da Complementação da Resolução nº 7, disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/14797.html>.

f. Eliminar as divergências quanto ao número e as informações dos parques e a capacidade instalada, seja entre partes do próprio DCP ou entre este e o Relatório de Validação. Por exemplo, na página 02, primeiro parágrafo do DCP, é apresentada a capacidade instalada total dos parques como sendo de 43,4 MW, distribuída em dois parques no município de Beberibe – CE. Já no sexto parágrafo da mesma página 02, apresenta-se uma enumeração

de cinco parques com a capacidade instalada total de 121,1 MW. Outro exemplo: a redução anual estimada no DCP é de 125 926 tCO₂e. Já no Relatório de Validação o valor de redução anual é 126 115 tCO₂e (página 48 do Relatório de Validação) e 102.053 tCO₂e (página 13 do Relatório). Na mesma página 13 do Relatório de Validação, o total de redução para o primeiro período de créditos é apresentado como 714.372 tCO₂e. No DCP esse total é informado como 881 485 tCO₂e;

g. Solicita-se esclarecimentos quanto à regularidade da Usina Eólica Beberibe II junto a Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em relação ao DCP/PDD:

h. Reescrever o DCP a fim de sanar os problemas apresentados, notadamente aqueles referentes a vários erros de concordância, com frases sem sentido e incompletas. Por diversas vezes, o texto torna-se incompreensível. Exemplo (página 02): “Este processo de modernização ao longo do tempo alterado sempre que necessário com um número de outros participantes da indústria, tais como sistema de faturamento, concessões, redução de impostos, financiamento mais atraente e recursos também estão disponíveis, licenciamento, etc”. Uma revisão do PDD também é necessária;

- na seção A.2 do DCP/PDD, página 2, no primeiro parágrafo é informado que o projeto consiste na construção e operação de uma usina de energia eólica com 43,4 MW de capacidade instalada que fornecerá eletricidade limpa para o Sistema Interligado Nacional. No entanto, no penúltimo parágrafo da mesma página, o projeto enumera cinco empreendimentos: UEE Beberibe Aeolis I (27,3 MW), Beberibe II (16,1 MW), Beberibe III (25,2 MW), Beberibe IV (25,2 MW) e Beberibe V (27,3 MW) que totaliza 121,1 MW de capacidade instalada. Há uma discrepância, portanto, na informação da quantidade de parques eólicos e de capacidade instalada;
- o projeto apresenta informações contraditórias a respeito da estimativa anual de reduções de emissão em toneladas de CO₂e. Na página 8 é informado que o projeto irá gerar uma redução anual estimada de 125.926 tCO₂e e uma redução total de 881.485 tCO₂e. Estes dados são oriundos do cálculo apresentado na página 35: multiplicação da quantidade de energia gerada anual (318.984 MWh) pelo valor do fator de emissão utilizado (0,3984) = 125.926 tCO₂e. Todavia, o resultado correto desta multiplicação é 127.083 tCO₂e. O Relatório de Validação, por sua vez, indica na página 2, que a estimativa anual de reduções de emissão é de 126.115 tCO₂e. Mas, na página 33, onde é demonstrado o cálculo de reduções anuais de emissão estimada, a informação é a de que o valor é 125.926 tCO₂e. Este valor foi obtido porque a EOD utilizou um valor de fator de emissão equivocado: 0,3948 ao invés de 0,3984, conforme apresentado no DCP (página 35) e disponibilizado pelo MCTI na internet. Vale ressaltar que o PDD, na página 38, também apresenta o valor incorreto do fator de emissão (0,3948);
- na Tabela 2 (Características Técnicas dos Parques Eólicos Beberibe Aeolis) a potência das turbinas das usinas que compõem o complexo eólico são de 2.100 MW, com exceção de Beberibe II, cuja potência é de 2.300 MW, sendo que o tipo e fabricante são os mesmos para todas usinas. O PP adicionou um asterisco no valor da potência, indicando que a potência instalada maior refere-se a “Estimativas

baseadas em premissas de Beberibe”, porém tal observação é vaga e não esclarece o motivo da potência destas turbinas ser maior que as demais. Este ponto deve ser esclarecido;

- vários trechos apresentam problemas de tradução de forma a prejudicar o entendimento do texto. Além disso, há problemas de troca de vírgula por ponto, e vice-versa, na separação de casas decimais; erros de tradução; falta de unidade de medida. O detalhamento das observações referentes aos problemas de tradução pode ser exemplificado a seguir, mas vários outros erros foram identificados, de forma que a tradução do DCP deve ser totalmente revista;
- na seção A.2, penúltimo parágrafo da página 2 do DCP, o projeto é descrito como composto de 2 parques eólicos, no entanto enumera 5 empreendimentos, quais sejam: “UEE Beberibe Aeolis I (27,3 MW), Beberibe II (16,1 MW), Beberibe III (25.2 MW), Beberibe IV (25.2 MW) e Beberibe V (27.3 MW) que fornecerá 121.1 MW de energia renovável para o SIN.”. Não fica claro, portanto, de quantos parques eólicos o projeto é composto, uma vez que a ilustração da Figura 1, página 5 do DCP tampouco esclarece este ponto. É necessário esclarecimento sobre este aspecto;
- na Tabela 2 – Características Técnicas dos parques eólicos Beberibe Aeolis, não é informada a unidade da capacidade instalada das usinas. Pela leitura do texto pode-se concluir que a unidade seja MW, mas esta deveria constar na tabela;
- na página 2 do DCP é usado ponto (.) e vírgula (,) indistintamente, como separadores de casas decimais. Por se tratar de versão em português, deve-se empregar a vírgula para tal função;
- o Decreto 7.390/2010 é citado, na página 15 do DCP, como sendo o Decreto 7,390;
- a palavra “tabela”, no título das tabelas 6 e 7 do DCP não está traduzida, assim como na nota de rodapé da página 3. Por se tratar de versão em português, deve-se traduzir o documento em sua íntegra;
- na tabela 6 do DCP, página 18, os valores sob o título “BNDES Remuneração” estão grafados como em inglês, ou seja, com o marcador de casas decimais representado por vírgula (.). Por se tratar de versão em português, deve-se corrigir de modo que sejam substituídas por pontos (.). Os mesmos erros são encontrados na tabela 7, da página 19 do DCP, onde também se encontram termos em inglês, que devem ser traduzidos para o português;
- o mapa da página 5 (figura 1) do DCP seja reapresentado, pois não consta o município onde estaria localizada a atividade do projeto, mas uma outra usina eólica, denominada Aracati.

Em relação ao Relatório de Validação/*Validation Report*:

i. vários trechos apresentam problemas de tradução. O detalhamento das observações referentes aos problemas de tradução pode ser exemplificado a seguir, mas vários outros erros foram identificados, de forma que a tradução do Relatório de Validação deve ser totalmente revista, de forma a se tornar fiel ao documento original:

- na página 49 da versão em português é mencionada Aracati Aeolis Geração de Energia como sendo participante do projeto e afirma que esta informação consta na seção A.3 do DCP, o que não corresponde à realidade;
- na versão em inglês, a página 2 traz o nome do projeto como sendo “Aeolis 2011 Wind Parks”, o que difere do nome do projeto constante no DCP, a saber, “Aeolis Beberibe Wind Park”;
- na versão em português, página 47, consta a informação de que o projeto será localizado no município de Aracati, no Estado do Ceará na Região Nordeste do Brasil. Esta informação vai de encontro à localização informada no item A.4.1.3 do DCP. Mas, está em discordância com a versão em inglês do documento;
- na versão em português, página 66, entre os atores interessados que foram identificados para a atividade do projeto, são listados a Prefeitura de Aracati, a Câmara de Vereadores de Aracati, a Agência Ambiental de Aracati e Associações Comunitárias de Aracati. No entanto, nenhuma destas entidades se encontra na lista de depositários locais, apresentada na página 34 do mesmo documento. Esta incoerência não é observada na versão em inglês do documento, o que exige que seja feita tradução fiel para o português."

h. Corrigir a localização do projeto. Em várias partes do Relatório de Validação, o município de Aracati aparece como o município onde o projeto está localizado.

4.6. Aeolis 2011 Wind Parks: a Comissão manifestou parecer em que solicita que a atividade do projeto seja colocada **em revisão**, sendo necessário atender às seguintes exigências:

a. Encaminhar os documentos comprobatórios da legitimidade do responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da CIMGC, de acordo com as determinações da Complementação da Resolução nº 7, disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/14797.html>

b. O envio das cartas-convite não atendeu à antecedência de 15 dias, uma vez que foram recebidas pelos *stakeholders* no período de 17 de outubro a 12 de dezembro de 2011, e o período para comentários no site da UNFCCC iniciou-se em 17 de novembro de 2011. Deve-se cumprir os 15 dias determinados na Resolução nº 7, para iniciar o processo de validação.

c. Nas páginas 36 (versão em português) e 39 (versão em inglês), é apresentado o cálculo de emissões de linha de base, resultando em 102.053 tCO₂e. O resultado correto da multiplicação apresentada é 102.060 tCO₂e. O valor equivocado é utilizado na Tabela 3 para apresentar a estimativa de reduções de emissões do projeto (páginas 8 do DCP e 9 do PDD).

Em relação ao DCP/PDD:

d. Vários trechos apresentam problemas de tradução de forma a prejudicar o entendimento do texto. Além disso, há problemas de troca de vírgula por ponto, e vice-versa, na separação de casas decimais; erros de tradução e ausência de unidade de medida. O

detalhamento das observações referentes aos problemas de tradução pode ser exemplificado a seguir, mas vários outros erros foram identificados, de forma que a tradução do DCP deve ser totalmente revista:

- - na Tabela 2 – Características Técnicas dos parques eólicos Aracati Aeolis, não foi informada a unidade da capacidade instalada das usinas. Pela leitura do texto pode-se concluir que a unidade seja MW, mas esta deveria constar na tabela;
- - na nota 5, que consta na Tabela 2, a frase está parcialmente em português e parcialmente em inglês;
- - a tabela 6, página 19, apresenta valores cujos separadores de casas decimais são pontos (.) em vez de vírgulas. Por se tratar em versão em português, devem ser feitas correções no sentido de que constem vírgulas (,) como separador decimal. Este mesmo erro se repete na tabela 7 da página 20 do DCP e deve ser corrigido;
- - na seção B.6, página 32, são encontrados valores cujo separador de casa decimal são pontos (.) em vez de vírgulas. Por se tratar de versão em português, deve-se empregar a vírgula para tal função.
- - Solicita-se que os itens D.2 e E.1 do DCP sejam reescritos a fim de sanar os problemas apresentados, notadamente aqueles referentes a vários erros de concordância, com frases sem sentido e incompletas. Por diversas vezes, o texto torna-se incompreensível. Exemplo (página 42): “A área de influência do projeto abrange uma área de influência direta e indireta influência de uma área, onde o conjunto é composto por duas áreas funcionais de influência.”, além de erros de nomenclatura, como por exemplo, Procuradoria Federal para Interesse Público (página 44), ao invés de Ministério Público Federal.
- - No item B.7.1 do DCP, há menção ao Projeto de usina Eólica do Beberibe, o qual não faz parte da lista de três parques listados como componentes da atividade de projeto. Solicita-se corrigir a informação, confirmando se o fator de emissão é aquele apresentado no referido item.
- - O Despacho ANEEL Nº 776 de 05/03/2012 que registra recebimento do requerimento de outorga da Central Geradora Eólica Aracati Aeolis V e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, indica um potência instalada de 27,3 MW. No entanto, o DCP em sua página 3 informa uma potência de 29,4 MW. Favor esclarecer a discrepância."

Em relação ao Relatório de Validação/*Validation Report*:

e. Na página 33 de ambas as versões (inglês e português), é apresentado o cálculo de emissões de linha de base, resultando em 102.053 tCO₂e. O resultado correto da multiplicação apresentada é 102.060 tCO₂e. O valor equivocado é apresentado também nas páginas 2, 12, 36, 48 e 63 da versão em português e nas páginas 2, 13, 36, 48 e 62 da versão em inglês.

f. Vários problemas de tradução foram verificados, tornando necessária uma revisão completa da versão em português do Relatório de Validação.

4.7. Pequena Central Hidrelétrica de Serra dos Cavalinhos I: a Comissão manifestou parecer em que solicita que a atividade do projeto seja colocada **em revisão**, sendo necessário atender às seguintes exigências:

- a. No PDD e no DCP, o nome de um dos municípios do projeto ora aparece grafado como “São Francisco de Paulo”, ora como “São Francisco de Paula”. Pede-se a utilização do nome correto, qual seja “São Francisco de Paula”;
- b. No item A.4.1 do DPC/PDD, são citados três municípios onde se dará o projeto, porém há informações (área e nº de habitantes) de somente dois. Solicita-se que acrescente informações do outro município (Monte Alegre dos Campos);
- c. O Relatório de Validação da versão em português está datado de 07/03/2012, ao passo que a versão em inglês possui data de 08/03/2012. Solicita-se que ambos sejam traduções idênticas, inclusive nas datas;
- d. No item C.1.1 do PDD, há erro na versão em inglês em “the EPC contract will is expected do be signed...”.
- e. Tendo em vista que a solicitação para obtenção da Licença de Instalação realizada em 12 de agosto de 2008 ao órgão ambiental do Estado do Rio de Janeiro - FEPAM e que até então aguarda autorização, solicita-se esclarecimento quanto à regularidade do empreendimento junto ao referido órgão ambiental.
- f. Tendo em vista que o DESPACHO ANEEL Nº 591 de 17/02/2012 nega aprovação e transfere para a condição de inativo o registro do projeto básico da Pequena Central Hidrelétrica Serra dos Cavalinhos I e revoga o Despacho SGH/ANEEL 430 de 26.05.2004, solicita-se esclarecimento quanto à regularidade do empreendimento junto à ANEEL.

4.8. 329/2012 – UTE São Borja com Casca de Arroz: a Comissão manifestou parecer em que solicita que a atividade do projeto seja colocada **em revisão**, sendo necessário atender às seguintes exigências:

- a. Atualizar a “Ferramenta para determinar as emissões de metano evitadas a partir do descarte de resíduo em local de descarte de resíduo sólido” (versão 04, EB 41 anexo 10). Esta ferramenta tem nova versão disponível no sitio da CQNUMC (versão 6.0.1, EB 66 anexo 46). A versão utilizada no projeto não é mais válida desde 29 de julho de 2010 (http://cdm.unfccc.int/methodologies/PAmethodologies/tools/am-tool-04-v6.0.1.pdf/history_view).
- b. Atualizar a “Ferramenta para calcular o fator de emissão de um sistema elétrico” (versão 2, EB 50 anexo 14). Esta ferramenta tem versão atualizada (2.2.1, EB 63 anexo 19) desde 29 de setembro de 2011 (http://cdm.unfccc.int/methodologies/PAmethodologies/tools/am-tool-07-v2.2.1.pdf/history_view).
- c. Encaminhar os documentos comprobatórios da legitimidade do responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da CIMGC, de acordo com as determinações da Complementação da Resolução nº 7, disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/14797.html>.
- d. Encaminhar à Secretaria Executiva da CIMGC as Declarações de Adequação à Legislação Trabalhista e à Legislação Ambiental na versão em português.

e. Encaminhar à Secretaria Executiva da CIMGC versão em português do ANEXO III, que contenha contribuições da Atividade de Projeto à Sustentabilidade Ambiental Local; Desenvolvimento das Condições de Trabalho; Distribuição de Renda; Capacitação e Desenvolvimento Tecnológico e Integração Regional e com outros setores.

f. Tendo em vista que Atividade de Projeto encontra-se em operação comercial desde 26 de novembro de 2011 (Conforme Despacho Aneel), não foi identificado no DCP, tampouco na relação de Documentos, o número do registro da Licença de Operação obtida junto a Agência Ambiental do Estado do RS.

g. Não foram encontradas na documentação completa do projeto as licenças de instalação e operação que foram citadas tanto no DCP, item D.1, quanto no documento “08. Compliance with Environmental Legislation.pdf”, no qual é dito no item 2: “Copies of the environmental licenses and documents that attest to compliance with the environmental legislation up to the present moment are attached to this declaration.” (“Cópias das licenças ambientais e documentos que atestam o cumprimento da legislação ambiental até o presente momento estão anexados a esta declaração” – tradução nossa). Foi encontrado apenas um documento da FEPAM nos anexos, o qual continha uma Declaração Geral de Impacto Ambiental da Disposição de Casca de Arroz. Solicita-se o envio das licenças.

Em relação ao DCP/PDD:

h. na página 15 seção B, há um erro no nome da metodologia empregada, ao invés de AMS, consta AMD;

i. as planilhas Excel que constam as análises financeiras que atestam a adicionalidade não foram inseridas no DCP e nem enviadas como anexo, impossibilitando a constatação da mesma;

j. a versão em português apresenta vários erros de tradução, inclusive as tabelas, e alguns valores numéricos apresentam separação de casas decimais como na língua inglesa. Desta forma, o DCP deve passar por revisão completa de modo a refletir fielmente as informações o PDD;

k. o DCP apresenta marcações de alteração do Word que devem ser verificadas e retiradas.

l. o relatório de validação em inglês apresenta o mesmo nome de projeto que o do PDD. Já o relatório de validação em português, todavia, possui nome diferente do apresentado no DCP. Solicita-se correção para que no DCP conste o nome do projeto que foi validado.

m. na seção C, item C.2.1.1 do DCP, além da data mencionada, deve ser inserida a informação de que a data de início do primeiro período de geração de créditos também pode ser aquela de registro da atividade de projeto, o que ocorrer mais tarde.

4.9. 307/2011 – Central Elétrica de Palmares: a Comissão entendeu que as exigências feitas foram atendidas e manifestou parecer para **aprovação**.

4.10. Projeto de MDL Passos Maia: a Comissão entendeu que as exigências feitas foram atendidas e manifestou parecer para **aprovação**.

5. Novos Projetos recebidos pela Secretaria Executiva da CIMGC

- 330/2012 – Pequena Central Hidrelétrica de Pezzi – recebido em 09/04/2012

- 331/2012 – Central Geradora Arizona 1 - recebido em 11/04/2012
- 332/2012 – Parques Eólicos da Renova 2010 - recebido em 11/04/2012
- 333/2012 – Parque Eólico Mel 2 – recebido em 16/04/2012
- 334/2012 – Central Eólica Guajiru - recebido em 17/04/2012
- 335/2012 – Central Eólica Fleixeiras 1 - recebido em 17/04/2012
- 336/2012 – Central Eólica Porto do Delta - recebido em 17/04/2012
- 337/2012 – Central Eólica Mundaú - recebido em 17/04/2012
- 338/2012 – Central Eólica Trairi - recebido em 17/04/2012
- 339/2012 – Parque Eólico Campo dos Ventos II – recebido em 19/04/2012
- 340/2012 – Central Geradora Eolielétrica do Delta do Parnaíba – recebido em 19/04/2012
- 341/2012 – PoA – Pequenas Centrais Hidrelétricas da Omega Energia – recebido em 19/04/2012
- 342/2012 – PCHs Energisa Rio Grande – recebido em 19/04/2012
- 343/2012 – PoA – Tucano para a Promoção de PCHs no Brasil – recebido em 19/04/2012
- 344/2012 – PoA – Centrais Geradoras Eolielétricas de Lagoas de Touros – recebido em 19/04/2012
- 345/2012 – PoA – Complexo de Energia Eólica REB Cassino – recebido em 19/04/2012
- 346/2012 – PoA – Centrais Geradoras Eolielétricas Riachão III e V – recebido em 19/04/2012
- 347/2012 – Pequena Central Hidrelétrica de Serra das Agulhas – recebido em 19/04/2012
- 348/2012 – Central Elétrica Eólica Lajeado Grande I – recebido em 19/04/2012
- 349/2012 – Pequena Central Hidrelétrica Salto Góes – recebido em 19/04/2012
- 350/2012 – Complexos dos Parques Eólicos de Calango e Caetité – recebido em 19/04/2012
- 351/2012 – PoA – Centrais Elétricas Eólicas Omega – recebido em 19/04/2012

6. Síntese da Análise dos projetos:

Nome do projeto	Status antes da reunião	Status após a reunião
322/2012 – Complexo Eólico União dos Ventos	Submetido	Aprovado com ressalvas
323/2012 – Usina Termelétrica ETE Arrudas	Submetido	Aprovado com ressalvas
324/2012 – Energia Eólica Renova Área 6-8	Submetido	Aprovado com ressalvas
325/2012 – Uso de Carvão Vegetal em Usina de	Submetido	Em revisão

Nome do projeto	Status antes da reunião	Status após a reunião
Ferro-Gusa		
326/2012 – Aeolis Beberibe Wind Park	Submetido	Em revisão
327/2012 – Aeolis 2011 Wind Parks	Submetido	Em revisão
328/2012 – Pequena Central Hidrelétrica de Serra dos Cavalinhos I	Submetido	Em revisão
329/2012 – UTE São Borja com Casca de Arroz	Submetido	Em revisão
307/2011 – Central Elétrica de Palmares	Em revisão	Aprovado
311/2011 - Projeto de MDL Passos Maia	Em revisão	Aprovado
330/2012 – Pequena Central Hidrelétrica de Pezzi	Recebido	Submetido
331/2012 – Central Geradora Arizona 1	Recebido	Submetido
332/2012 – Parques Eólicos da Renova 2010	Recebido	Submetido
333/2012 – Parque Eólico Mel 2	Recebido	Submetido
334/2012 – Central Eólica Guajiru	Recebido	Submetido
335/2012 – Central Eólica Fleixeiras 1	Recebido	Submetido
336/2012 – Central Eólica Porto do Delta	Recebido	Submetido
337/2012 – Central Eólica Mundaú	Recebido	Submetido
338/2012 – Central Eólica Trairi	Recebido	Submetido
339/2012 – Parque Eólico Campo dos Ventos II	Recebido	Submetido
340/2012 – Central Geradora Eolielétrica do Delta do Parnaíba	Recebido	Submetido
341/2012 – PoA – Pequenas Centrais Hidrelétricas da Omega Energia	Recebido	Submetido
342/2012 – PCHs Energisa Rio Grande	Recebido	Submetido
343/2012 – PoA - Tucano para a Promoção de PCHs no Brasil	Recebido	Submetido
344/2012 – PoA – Centrais Geradoras Eolielétricas de Lagoas de Touros	Recebido	Submetido
345/2012 – PoA – Complexo de Energia Eólica REB Cassino	Recebido	Submetido
346/2012 – PoA – Centrais Geradoras Eolielétricas Riachão III e V	Recebido	Submetido
347/2012 – Pequena Central Hidrelétrica de Serra das Agulhas	Recebido	Submetido
348/2012 – Central Elétrica Eólica Lajeado Grande I	Recebido	Submetido
349/2012 – Pequena Central Hidrelétrica Salto Góes	Recebido	Submetido
350/2012 – Complexos dos Parques Eólicos de Calango e Caetité	Recebido	Submetido
351/2012 – PoA – Centrais Elétricas Eólicas Omega	Recebido	Submetido

A data da próxima reunião foi confirmada para 05/06/12. Dr. Sanderson sugeriu que a reunião iniciasse mais cedo e todos concordaram com o início às 14h00.

7. Outros Assuntos:

7.1. Curso de Capacitação em Programas de Atividades no âmbito do MDL (PoA) agendado para 14 a 18 de maio de 2012.

Conforme informado na reunião passada, a Dra. Sonia Bittencourt confirmou a realização do curso sobre PoA, a ser oferecido pela GIZ no período de 14 a 18 de maio de 2012. Foi informado que o primeiro dia do curso será dedicado aos membros da Comissão, enquanto que os quatro dias seguintes terão o conteúdo voltado para as equipes técnicas dos órgãos integrantes da Comissão. A Secretaria Executiva solicitou aos órgãos integrantes da Comissão que indicassem tanto os membros que irão participar do primeiro dia do curso, como as pessoas que participarão da segunda etapa do curso. Os nomes e os dados para contato deverão ser encaminhados até 30/04/12 para o endereço eletrônico da Comissão (cimgc@mct.gov.br).

7.2. Deliberação sobre o Projeto 321/2012 – Gerenciamento de Resíduos Sólidos e de Carbon Finance da Caixa Econômica Federal (Revisão) por meio eletrônico, antes da 68ª reunião (05/06)

A Secretaria Executiva propôs que os projetos colocados em revisão, cujos proponentes encaminhem os documentos comprovando o cumprimento das exigências feitas pela Comissão em tempo hábil, fossem analisados e julgados por meio eletrônico. Os membros presentes concordaram com a realização de reunião extraordinária para deliberação sobre estes projetos em 24/05/12. A Secretaria Executiva fará o possível para disponibilizar os pareceres do MCTI até 22/05/12.

Dr. Sanderson Leitão perguntou aos presentes se havia mais alguma ponderação a ser feita e como não houve manifestação, ele declarou encerrada a 67ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.